NO DISCURSO DO EXAME NACIONAL: A PROJEÇÃO IMAGINÁRIA E O EFEITO-LEITOR "IDEAL"

Amilton Flávio Coleta Leal[1]
Cristiane Pereira dos Santos[2]
Drª. Ana Luiza Artiaga Rodrigues da Motta[3]

Resumo: A presente escrita propõe discutir conceitos de língua postos pelas políticas do/no Exame Nacional, enquanto instrumento avaliador e quantificador das competências dos alunos, bem como refletir sobre os direcionamentos das políticas de Estado na prova do ENEM em relação ao cenário escolar. A escolha do discurso sobre as políticas de língua, a partir do referido Exame, se dá com o intuito de perceber os efeitos de sentido de um "ideal de escrita" paralelamente, ao imaginário de "aluno-ideal", assim como suas condições de produção no processo avaliativo. Ancorados na Teoria da Análise de Discurso Francesa, discutiremos a posição sujeito-aluno no discurso do ENEM, pois dada a importância desse Programa para a nação, propomos pelas análises, uma discussão/ressignificação da maneira de se pensar a política nacional de língua escrita inscrita nas proposições do Exame.

Palavras-chave: ENEM; escrita; sujeito.

Abstract: This writing proposes discussing concepts of language policies laid by / in National Exam while evaluator tool quantifier and the skills of students as well as reflect on the directions of the state policy in the proof of ENEM in relation to the school setting. The choice of the discourse on the politics of language, from the said Examination, it is with the intention of realizing the effects of sense of an ideal "writing" parallel to the imaginary of "student-ideal", as well as their conditions of production in the evaluation process. Anchored in the theory of French Discourse Analysis, will discuss the position in the subject-student discourse ENEM because given the importance of this program for the nation, we propose for the analysis, a discussion / reframe the way to the national policy think written language entered Examination of the propositions.

Keywords: ENEM; writing; subject.

[1] Graduado em Letras pela UNEMAT e Mestrando em Linguística pela mesma Universidade.
[2] Graduada em Letras pela UNEMAT e Mestranda em Linguística pela mesma Universidade.
[3] Coordenadora do Programa de Mestrado em Linguística UNEMAT/Cáceres. Orientadora do trabalho de pesquisa.

Introdução

> [...] E a língua não é una, não é uma, não é pura. É feita de falhas, de mudanças, de contatos variados. As línguas mudam, entram em contato entre si, desaparecem, se criam. Estão sempre incompletas, em movimento, assim como as identidades são um movimento na história. (ORLANDI, 2012, p. 40)

O Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM – criado em 1998, vem ampliando, desde 2009, com a reformulação *"Novo Enem"*, seu papel como selecionador de alunos para as Instituições de Ensino Superior (IES) no país. Instituído pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura) e pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), o ENEM surgiu em meio às reformas do ensino brasileiro. Os Documentos Oficiais que dão sustentação ao referido Exame, ao serem analisados, nos mostram que este não se presta eminentemente a cumprir os objetivos elencados em seu documento oficial, mas, sobretudo, a impor um **modelo de avaliação** que busca homogeneizar a política educacional brasileira através da "necessidade" de uma reforma educacional baseada no ensino por **competências**, que só atende aos interesses das elites e dos organismos governamentais. Desse modo, ao tomarmos consciência de que é absolutamente impossível realizar um trabalho de/com todos os discursos que circulam em torno do ENEM, consideramos produtivo recortar o espaço discursivo de nossa análise e delimitar um *corpus* constituído de sequências discursivas a partir dos referidos Documentos Oficiais que, a nosso ver, evidencia os discursos em torno da projeção imaginária do sujeito no Exame Nacional – alvo de análises linguístico-discursivas em nossa pesquisa.

O sujeito no Exame Nacional: um lugar de coerções

Quando se fala neste *modelo avaliativo* há uma memória discursiva que permeia todo um percurso daquilo que entendemos por avaliação. Em outras palavras, há uma escuta/um dizer/já-dito sobre o referido modelo avaliativo em inúmeros trabalhos de pesquisas (dissertações e teses) espalhados por todo o Brasil. Tais pesquisas, em sua totalidade, nos dão indícios (pistas) da gama de possibilidades em se realizar uma pesquisa sobre o Exame Nacional. Dessa maneira, o presente estudo acerca da política nacional de avaliação do ENEM envolve processos de linguagem que não são neutros, pois são historicamente determinados e neles se inscrevem relações políticas e ideológicas.

Diante de uma extensa pesquisa bibliográfica, nota-se que a principal escuta sobre o ENEM é aquela que diz respeito ao seu modelo de avaliação e suas principais repercussões na

escola, compreendida aqui como lugar/espaço de significação (interpretação). Percebe-se que, como processo avaliativo, o Exame Nacional é circunscrito numa política "responsiva" do/para o Ensino Médio, ou seja, aquele se caracteriza como uma continuidade deste. Nesse bojo, o Estado é, ideologicamente, o principal regulador-político que, por sua vez, institui uma política de língua e o ENEM, enquanto uma avaliação em larga escala **e** circunscrito numa política pública de avaliação, nasce desta **política nacional** de língua, diríamos de **língua escrita**.

Para tanto, por sua *abrangente proposta de avaliar o Ensino Médio* no país, o ENEM tornou-se um interessante parâmetro que possibilita o estudo sobre a escrita. Tal fato nos autoriza dizer que essa escuta sobre o Exame Nacional posto na esfera social funciona como representatividade de um "modelo de avaliação" projetado, que ao ser instituído como processo avaliativo, tornou-se fruto de uma política nacional de escrita, deslizando para outros sentidos, num movimento entre o imaginário e o real. Posto isto, reportamo-nos a Orlandi (2011) para dizer que *há em toda língua mecanismos de projeção* para que se constitua essa relação entre a situação e a posição dos sujeitos. Tudo isso porque veremos adiante um pouco sobre a política de escrita do Exame Nacional, bem como a relação sujeito/produção escrita.

Em nossa investigação, nota-se que a projeção imaginária de um sujeito-ideal caracteriza-se como um processo que Orlandi (2012) chama de individuação de um sujeito *bio-psico-social*, numa forma-sujeito histórica; um mecanismo coercitivo, uma imposição do Estado. Tudo isso porque "[...] todo indivíduo, para ser sujeito, deve se revestir da forma-sujeito" (ORLANDI, 2010, p. 18). Diríamos, é o atravessamento da história e do simbólico que faz com que esse indivíduo não seja empírico, mas possua uma forma-sujeito (inscreva-se numa posição-sujeito). Quando falamos de projeção imaginária, nos remetemos à seguinte exemplificação: "[...] não é do operário que estamos falando, por exemplo, mas da imagem que nossa sociedade faz do operário. Ou do pai, do professor [...]" (ORLANDI, 2010, p. 17). Com isso, quando falamos numa projeção imaginária (e ideal) do aluno no discurso do ENEM, estamos falando da imagem que o Estado tem desse sujeito-aluno em relação ao conhecimento de língua, de escrita e, sobretudo, da sua capacidade argumentativo-discursiva. Para tanto, a escrita é o meio mais eficaz de se ter acesso à leitura do aluno. Embora seja uma relação indireta, é a partir dela que se pode "[...] verificar a história de leitura do leitor em relação às significações, aos modelos de que ele tem domínio". Enfim, suas condições de produção.

Para dizer um pouco sobre o texto, Pfeiffer (1995) nos afirma que todo o sujeito possui um corpo social discursivo que lhe forma uma memória discursiva, no caso, uma memória de leitura, permitindo-lhe que, na prática de leitura e escrita, formule os sentidos que estão em funcionamento. Para a autora, ao refletirmos sobre *a incompletude e a equivocidade na linguagem,* o texto torna-se o resultado de trabalho no confronto material do sujeito com a linguagem, nas diferentes formas significantes, em condições de produção específicas. Para tanto, "[...] o texto é o espaço/lugar de autoria que se constrói em relações significantes possíveis, determinadas historicamente" (PFEIFFER, 1995, p.110). De acordo com Di Renzo *et al* (2011) o texto, na perspectiva da Análise de Discurso, tem seu funcionamento no social. Não é algo fechado, linear. Ao contrário, ele é engenhoso e se constitui recortado de diferentes formações discursivas que remetem à materialidade simbólica do texto, à exterioridade e à memória que o atravessa. Isso nos faz pensar nas produções escritas dos alunos no ENEM, com as condições de produção e a história de leitura e de escrita diversificadas.

Nessa circularidade de discursos sobre a política de língua escrita no/do Exame Nacional, passemos às condições de produção da redação. O sujeito não é considerado como um ser individual, que produz discursos com liberdade: ele tem a ilusão de ser o dono do seu discurso, mas é apenas um efeito do assujeitamento ideológico. A produção escrita no ENEM não ocorre num movimento aleatório e/ou livre de coerções. No discurso do Exame o candidato, ao escrever seu texto, precisa seguir alguns critérios-base, que servirão como fundamentos/parâmetros para os avaliadores no momento da correção da redação. Assim, seguem as cinco competências que servem como base para a avaliação da redação.

> **Competência 1:** Demonstrar domínio da norma padrão da língua escrita.
> **Competência 2:** Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento, para desenvolver o tema dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo.
> **Competência 3:** Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.
> **Competência 4:** Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.
> **Competência 5:** Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos. (GUIA DO ESTUDANTE, REDAÇÃO-2012, p. 08)

Ideologicamente, no discurso do ENEM, a projeção de um aluno "ideal" se dá mediante o cumprimento de tais critérios, sobretudo, a maneira pela qual o Estado, institucionalmente, convoca o candidato a refletir, interpretar e escrever acerca da temática na

prova de redação. Nesse sentido, o Exame Nacional é uma **política de escrita**, pois ao individualizar o sujeito na/pela produção da redação, projeta-o como ideal, um modelo de sujeito pretendido para a escrita, aliás, um sujeito midiatizado. Por outro lado, ao refletirmos sobre a maneira pela qual o Exame, pela prova de redação, individualiza o sujeito, notamos pelos documentos que regem suas pretensões e finalidades, que ele não se constitui de uma prova que se preocupa com as individualidades. Como um processo avaliativo em larga escala, o Exame Nacional se inscreve numa política de Estado meritocrática, isto é, particulariza o interesse pelos melhores, etc.

Ao refletirmos sobre a palavra política veremos que, assim como a palavra escrita, é certamente tomada em uma multiplicidade de sentidos e a conjunção das duas está submetida à lei dessa multiplicação. Sendo assim, o conceito de escrita é político porque é o conceito de um ato sujeito a um desdobramento e a uma disjunção essenciais. Auroux (1992) ao falar do processo revolucionário e tecnológico da gramatização, tendo como principal ferramenta a escrita, nos afirma que esta desempenha/representa um papel fundamental na origem das tradições linguísticas. Para ele, a escrita é uma tradição de saber linguístico. Escrever é um ato que, aparentemente, não pode ser realizado sem significar, nos afirma Ranciére (1995). Ainda conforme o autor,

> [...] antes de ser o exercício de uma competência, o ato de escrever é uma maneira de ocupar o sensível e de dar sentido a essa ocupação. Não porque a escrita é o instrumento do poder ou a via real do saber, em primeiro lugar, que ela é coisa **política.** (RANCIÉRE, 1995, p. 07)

A partir de Ranciére compreendemos que a escrita é política porque traça e significa uma re-divisão entre as posições dos corpos (dos sujeitos, diríamos). E mais, pelas relações de poder operam-se uma re(divisões) entre a ordem do discurso e a das condições de produção, na qual os sujeitos estão inscritos.

Contribuindo, analiticamente, com nosso trabalho Perrenoud (1999 *apud* LUNA, 2009) afirma que "[...] os examinadores criam variações que se referem mais à escala e ao princípio da classificação do que às variações significativas entre os conhecimentos ou as competências de uns e outros". São criadas normas de excelência baseadas principalmente em comparações com um aluno **modelo**, isto é, aquele que tira as maiores notas. Diríamos que esse fato pode ser visto como a manutenção da ordem, a progressão de um ciclo, um sistema (LUNA, 2009). Na escola é construído o imaginário de uma unidade linguística, uma única língua é apresentada ao aluno, um único dizer é legitimado. Sendo assim, "[...] toda

legitimação implica em um apagamento. Porque a completude, o todo alcançável só funciona no efeito imaginário" (PFEIFFER, 2000, p. 93), de maneira que na ordem da língua é que podemos ver questão do imaginário, do sujeito do direito e do dever. Diante dessa situação Orlandi (2011) nos afirma que a unidade é uma ilusão constitutiva e o mesmo tempo necessária, mas uma ilusão produzida pela relação imaginária do sujeito com as condições de existência.

A nosso ver, a política de língua escrita do/no Exame Nacional busca a completude imaginária de um sujeito-aluno projetado como ideal, na qual nos leva a compreender que o objetivo das técnicas de leitura e escrita no ENEM se dão sob/para o sujeito que tem pleno domínio-compreensão da produção de texto do tipo dissertativo-argumentativo, bem como a forma e a função que tais textos desempenham na sociedade. Nesse sentido, entendemos com Pêcheux (1994) que "[...] aprender a ler e escrever visa ao mesmo tempo a apreensão de um sentido unívoco inscrito nas regras escolares".

Do ponto de vista discursivo, nosso gesto de interpretação é guiado pela compreensão de que no ato de aprender a ler e escrever há sempre tanto a possibilidade de copiar, de reproduzir, de ler mecanicamente como a de escrever, de criar, de interpretar. Conforme Silva (2001), apropriar-se da escrita é um gesto de interpretação, um ato simbólico, pois trata-se de uma relação necessária do sujeito com a linguagem. É nesse espaço da linguagem e nesse movimento discursivo da produção textual (redação) no Exame Nacional que a interpretação não é livre de determinações para produzir um sentido qualquer. O sujeito-aluno é convocado a pensar politicamente, como o Estado. Em outros termos, há regulações.

Na política de escrita do ENEM: a individuação do sujeito

O processo de avaliação em larga escala, no caso do ENEM, se resume a todo um poder que individualiza justamente na medida em que obriga à homogeneidade. Esse é o lugar legítimo ocupado pelo Estado e também pela escola, enquanto instituição que regula e mantém uma posição ideológica frente às relações de poder, que por sua vez, individualiza, heterogeneiza para depois homogeneizar. Portanto, faz parte do imaginário do sujeito, em sua diferença, em sua heterogeneidade constitutiva, pensar a unidade para se identificar. Pensando a escola como um dos lugares em que se pode operar a prática desse sofisticado processo de *mecanização dos corpos,* Foucault (1987), o ENEM parece corroborar para a disciplinarização dos corpos, pelo fato de que condiciona todos os que se submetem a uma maneira similar de entender e de elaborar o pensamento. Em outras palavras, "[...] na

transparência da linguagem, é a ideologia que fornece as evidências que apagam o caráter material do sentido, sua historicidade, evitando o corpo das palavras e do sujeito" (Orlandi, 2011). Nos aportamos da mesma autora para exemplificamos a maneira pela qual ocorre o processo de individuação do sujeito pelo Estado.

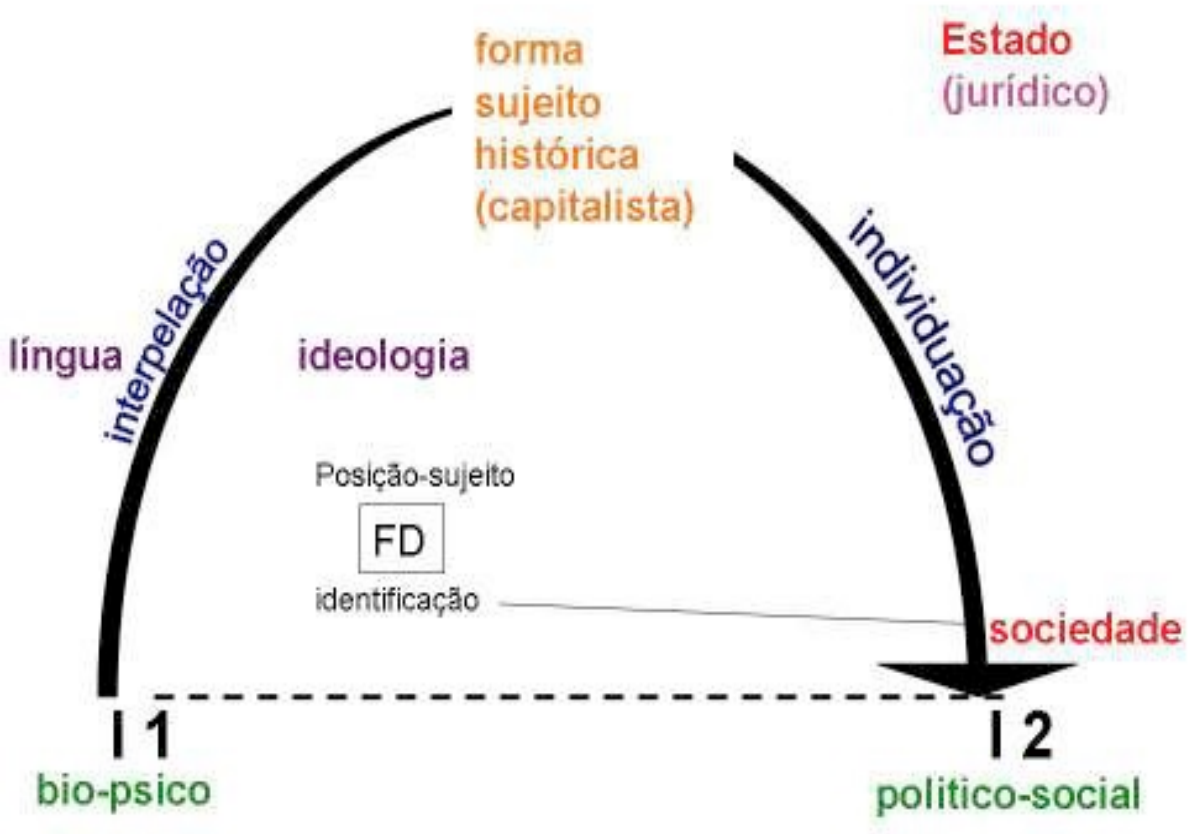

Figura 1: Disponível em: Cad.Est.Ling., Campinas, 51(2): 219-234, Jul./Dez. (ORLANDI, 2009).

A referida figura nos remete à maneira pela qual o indivíduo, em situação de avaliação, sofre o processo de individuação pelo Estado. Nessa visada, compreende-se um funcionamento ideológico que evidencia o Exame Nacional como uma política meritocrática – particulariza o interesse pelos melhores – em que se individualiza o sujeito para responsabilizá-lo pelo alcance (ou não) de uma vaga no ensino superior, isto é, pelo seu fracasso ou sucesso, sendo a nota o seu produto final no funcionamento da avaliação. O processo de individualização da forma-sujeito pelo Estado, por outro lado, resulta em um indivíduo ao mesmo tempo responsável e dono de sua vontade. Essa responsabilidade, segundo Pêcheux (1990) é uma questão ética e política, uma questão de interpretação.

Discursivamente, o ENEM instala uma posição-sujeito: o sujeito do cognitivo, da competência e da língua como lugar da argumentação, capaz de propor intervenções como se espera do candidato na prova de redação. Lembrando que as diversas posições-sujeitos nos textos para a teoria da AD e, particularmente para Orlandi (1988) correspondem a diversas formações discursivas. São elas que indicam que o sujeito é ideologicamente heterogêneo, porém "[...] a formação dominante que rege as diferentes posições do sujeito no texto, propicia-lhe unidade" (ORLANDI, 1988, p.70). Tomar o Exame como unidade de análise nos permite afirmar que "[...] o real da língua inscreve-se na contradição entre uma ordem que lhe é própria, imanente à estrutura, e uma ordem exterior".

Nessas condições discursivas, dizemos que o ENEM produz um discurso sobre as condições de acesso inscrito na mesma formação discursiva que coloca o sujeito como responsável pelo que diz e faz. Logo, pela conquista, ou não, de uma vaga, dada a política meritocrática do processo avaliativo. Ainda para Foucault (1978) "[...] na essência de qualquer sistema disciplinar há um mecanismo penal, subjacente à manutenção da relações e poder". A disciplina seria o mecanismo de enquadramento dos sujeitos em uma esfera social. Por meio dela, os sujeitos são alinhados, imobilizados e silenciados, preenchendo os espaços vazios determinados pela lei e subjugando-os ao conjunto de restrições que lhes são impostas e a escola, nesse bojo, tem como principal mecanismo de controle, seleção e classificação, **o exame.** Posto tudo isso, o ENEM, para o ensino médio, é um sistema de controle que se caracteriza, através de sua natureza eminentemente avaliativa, pelo exame. Ainda com base em Foucault, compreendemos o exame nesse contexto, como de significativa importância para a manutenção das relações de poder, uma vez que, a partir dele, é possível combinar as técnicas da hierarquia com as da sanção, pela qual normalizam os sujeitos, determinando o que é legítimo, ou não, dentro de uma estrutura social. Tudo isso porque a língua é política e a escrita é o lugar dessa constituição; um exercício das relações de poder.

De acordo com o que pudemos observar acerca da leitura na escola, não se tem procurado modificar as condições de produção de leitura do aluno: ou ele já tem as condições (como as tem o leitor ideal que é o padrão) ou ele é obrigado a decorar, imitar, repetir. Há uma história de leitura do texto e há também uma história de leitura dos leitores. Nesse sentido, produzir um texto escrito é articular mecanismos não apenas linguísticos, mas levar em conta a *história de leitura* do sujeito escritor. Por hora, estabelecer tais parâmetros é projetar imaginariamente um sujeito capaz de englobar os cinco critérios numa única reflexão e contemplá-los na produção de sua redação. E mais, diante dos fatos, quando se fala de

leitura/interpretação para a produção escrita, tem-se um sujeito automatizado/mecanizado para tal função.

Nesse sentido, resumindo nosso percurso analítico, podemos afirmar que, atender aos critérios de avaliação na redação do Enem é muito mais que tirar nota 1000. Vai além de um aluno categoricamente exemplar, que acata e faz funcionar aquilo que se pede, se impõe. Diríamos, que além do plano do real, há aí uma projeção imaginária de um sujeito supostamente "ideal", individuado pela política de língua escrita do Estado e assujeitado pelas normas na "boa escrita", conforme os critérios avaliativos. Tal fato autoriza-nos dizer que a sequência (ideal → perfeição) são jogos de projeção que estão no plano do imaginário constitutivo, que por sua vez, tem fortes consequências sobre o real. Nesse caso, quando o discurso do ENEM objetiva/institui suas normas e critérios avaliativos para a produção escrita, o referente está inscrito como idealizado. É esse o efeito de uma projeção imaginária.

A projeção imaginária e a posição-sujeito "ideal" no discurso do Exame Nacional

Por um lado, ao projetar, imaginariamente este sujeito, a política do Enem circunscreve-o como modelo/parâmetro a ser seguido, desconsiderando, portanto, as condições de produção e o contexto sócio-histórico-ideológico, bem como o histórico e o percurso de leitura e escrita, a formação escolar, assim como a conjuntura em que os participantes estão inscritos. Nesse sentido, a leitura no ENEM não se reduz ao reconhecimento das palavras, mas nas relações de sentido e integração das ideias e conceitos que são apresentados através das inferências de sentido. Isso nos faz reconhecer que na língua nada é evidente e que é preciso ir além e buscar um lugar de interpretação a tudo o que diz respeito à linguagem. E tendo em vista que para a AD tudo consiste em relações, isto é, nada na língua é concebido isoladamente, é preciso considerar também, que no ENEM, a construção do conhecimento está atravessada pela relação do sujeito com a língua, com o mundo e com o outro, estabelecendo relações com a exterioridade.

Ideologicamente, o Estado não busca um sujeito que saiba ler, escrever e interpretar apenas. Este sujeito, no Enem, precisa além de tudo, **intervir** sobre uma questão problema, respeitando os direitos humanos, isto é, que intervenha diante de uma situação e que não fira aquilo que, por Lei, deve ser respeitado. Temos, com isso, o funcionamento de uma questão discursiva e imaginária. A primeira, no discurso do Exame Nacional, é aquela em o que o sujeito está veementemente conduzido por relações de força e poder. Portanto, está limitado/regulado a dizer dessa maneira e não de outra, isto é, pode-se dizer isso e não aquilo.

Por outro lado, a formação imaginária que, discursivamente, permeia esse sujeito escolarizado no Enem se dá pela posição-sujeito, isto é, "[...] o lugar de onde fala o sujeito determina as relações de força no discurso". Há uma projeção imaginária do sujeito no discurso, que ao produzir seu texto, interpelado pela FD em que está inserido/inscrito, diz de uma maneira e não de outra e, portanto projeta-se, imaginariamente, como sujeito-ideal na/para a política de língua do Exame. Sendo assim, a projeção está no plano do planejado, do imaginado.

Tudo isso nos faz compreender que a escrita possui/ocupa lugar central no processo de constituição da sociedade brasileira (Orlandi, 2002). E o mundo ocidental capitalista tem um ideal de sujeito nas suas formas de relação com a linguagem. Isso nos remete aquilo que caracteriza a diferença: as posições-sujeito. Essas são uma função da relação da língua com as formações sociais em seus mecanismos de projeção imaginárias.

O sujeito na prova de redação do ENEM: uma projeção ideal(izada)

Projetar o sujeito como ideal na/para a escrita é pensar o Exame Nacional circunscrito numa política de Estado, que "escolhe"[4] e/ou seleciona aqueles que não só atendem os critérios para a produção escrita, mas que reconheçam e saibam pensar como o próprio Estado, politicamente.

Nota-se que as condições de realização da prova do ENEM estão permeadas por técnicas que **classificam** e até mesmo **punem**, isto é, há uma política institucional que privilegia e avalia os discursos e as formas do bem escrever, fazendo do aluno um sujeito sancionado pelas coerções e verdades institucionalizadas nas provas. Fica-se preso perante aquilo que quer e aquilo que pode dizer. Dito de outra forma, há uma imposição à escrever sobre um tema que só passa a ser conhecido no momento da prova, o que faz com que suponhamos que a Escola desempenha uma prática de leitura e escrita recorrentes, diversificada, bem como a intertextualidade, as relações, etc. Tudo isso se resume num padrão supostamente aprendido pelos candidatos na esfera escolar e que conduz o inscrito a reproduzir a prática de produção textual sobre tema previamente não conhecido e em situação de avaliação.

Mariza Vieira Silva (s/d) nos dirá que "[...] o sujeito é o lugar das da coerções, de um poder político, que o inscreve através de funcionamentos específicos da língua e das instituições, como a escola". Esse poder busca a visibilidade, a transparência, a

[4] Essa não seria a palavra mais apropriada para discursar sobre, mas a mais cabível no momento.

homogeneidade e a fixação de uma língua, de um discurso, enquanto "[...] efeito de sentido entre locutores" (PÊCHEUX, 1995), funcionamento da ideologia e, sobretudo produz-se o discurso como instrumento da prática política e ideológica, enquanto processos de produção de sentidos. A autora nos dirá ainda que o discurso, mais que *efeito de sentido entre locutores,* é um objeto teórico que nos possibilita compreender a interpretação presente nos textos, quer dizer, as filiações ideológicas das posições-sujeito e dos sentidos. Nessa perspectiva, continua Pêcheux (1995) "[...] a AD não pretende se instituir em especialista da interpretação, dominando "o sentido" dos textos, mas somente construir procedimentos expondo o olhar-leitor a níveis opacos da/na linguagem".

Algumas considerações

O que chamaremos aqui de considerações finais será apenas uma provocação que suscitará reflexões e problematizações outras acerca da proposição desta escrita. Pôr um fim à problemática sugerida inicialmente é o mesmo que desconsiderar o princípio da escrita para a teoria da Análise de Discurso, com sua múltipla possibilidade de sentidos, sujeita à outros dizeres e interpretações. No entanto, diante do exposto é possível afirmar que e educação no Brasil, bem como o ensino da língua escrita não podem ser pensados separadamente das políticas que regem o currículo do ensino médio e as políticas que permeiam o Exame Nacional. Pensar em escrita é ao mesmo tempo considerar o contexto, o sujeito e a situação.

Gostaríamos de concluir (provisoriamente) este trabalho fazendo algumas considerações a respeito da noção de sujeito, bem como sua relação com a escrita. A Análise de Discurso é um suporte teórico que nos faz compreender os sentidos e o funcionamento do texto, bem como a significação, os gestos de interpretação e a relação do sujeito com a língua escrita. Assim, com a finalidade de compreendermos essa intrínseca relação do sujeito/língua, trouxemos em nosso percurso analítico a escrita dos alunos nas provas do ENEM. Sabemos que para a Análise de Discurso a escrita é o lugar na qual o sujeito se marca como autor e, no entanto, o resultado de nossa pesquisa apontou para uma relação desse sujeito circunscrito numa relação de distanciamento e apagamento de sentidos com a língua escrita.

Parafraseando Orlandi (1983) podemos dizer que, pela consideração das condições de produção e pela definição de texto como constituído pelo processo de interação, relativiza-se a noção de sujeito e isso tem consequências, como pudemos notar, tanto sobre a caracterização do autor como a de leitor e, por extensão, sobre o processo de leitura. Com respeito à relação de entre a formação discursiva e formação ideológica, resta-nos especificar

que, como lugar que os interlocutores ocupam numa formação social e, logo, na sua relação com a ideologia, é constitutivo de seu discurso, isto é, constitui aquilo que eles significam, a interação entre autor e leitor do texto está marcada por essa relação. Assim, a posição entre leitor e autor pode variar desde a maior harmonia até a maior incompatibilidade ideológica, o que vai constituir a compreensão do texto, uma vez que, como vimos, a leitura é produzida.

Em resumo, a Escola, como instituição legítima, precisa desenvolver nos alunos, a língua escrita que não se feche em regras e discursos atravessados por uma memória discursiva literal e esvaziada de sentidos. Dessa forma, percebemos que pensar o sujeito no discurso das competências na/para a produção escrita do ENEM é pensá-lo idealizado pelo Estado. Um sujeito que escreve e pensa como o Estado é uma projeção circunscrita no modelo de escrita concebido pelas próprias teorias linguísticas nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEM), bem como no Exame Nacional. Isso nos permite afirmar, enfim, que a questão da escrita está diretamente relacionada à incompletude constitutiva de todo dizer.

Para tanto, finalizamos aqui este trabalho certo de que esta pesquisa não se encerra em poucas linhas, mas prolonga-se a partir das problematizações propostas, abrindo outros questionamentos que se somam àqueles que nos serviram de problemas de pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUROUX, S. (1992). *A revolução tecnológica da gramatização*. Editora da Unicamp. SP.

CASTELLANOS PFEIFFER. *Que autor é este*? Dissertação (Mestrado em Linguística) 146p. – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 1995.

_____. *Cidade e sujeito escolarizado*. In: ORLANDI, E. P. (Org.). Cidade atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano. Pontes: 2000. p.29-33.

DI RENZO, A.M. *Os estudos da análise de discurso e seus efeitos nas práticas linguísticas dos manuais de ensino*. In: RODRIGUES, E. A.; SANTOS, G. L. dos; BRANCO, L. K. C. (Orgs.). Análise de Discurso no Brasil: pensando o impensado sempre: uma homenagem a Eni Orlandi. Campinas: RG, 2011. p.483-496.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 288p. 1987.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *A Redação no Enem 2012. Guia do participante*. Brasília 2012.

LUNA, E. A. A. *Avaliação da produção escrita no ENEM: como se faz e o que pensam os avaliadores* – 156 folhas (Dissertação). Recife, 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Documento Básico.* 2002. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/download/catalogo_dinamico/enem/2002/documento_basico em_2002>. Acessado em 01/05/2014.

ORLANDI, E. P. *Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia*. Campinas: Pontes, 2012.

_____. *Espaços Linguísticos e seus desafios: convergências e divergências. R*evista Rua, Campinas Número 18 – Volume 2 | Novembro 2012.

_____. (Org.). Análise de Discurso: Michel Pêcheux. Campinas: Pontes, 2011. p.73-92.

_____. (1982). *Ideologia – aprisionamento ou campo paradoxal*? Trad. Carmen Zink. In: ORLANDI, E. P. (Org.). Análise de Discurso: Michel Pêcheux. Campinas: Pontes, 2011a. p.107-119.

_____. *Formas de Individuação do Sujeito feminino e sociedade contemporânea: O Caso da Delinquência.* IN: Discurso e Políticas Públicas Urbanas: A Fabricação do Consenso, Eni P. ORLANDI (org.), Campinas, Ed.RG, 2010.

_____. (Org). *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso.* Ed. Brasiliense: SP, 1983

PÊCHEUX, MICHEL. *Discurso e ideologia*. In: Semântica e discurso: uma Crítica à afirmação do óbvio. Tradução: Eni P. ORLANDI. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

RANCIÉRE, J. *Políticas da escrita.* Trad. Raquel Ramalhete [et al]. Rio de Janeiro: Ed. 34 (256 p. Coleção Trans), 1995.

SILVA, M. V. da. *Alfabetização, escrita e colonização*. In: ORLANDI, E. P. (Org.). História das Ideias Linguísticas: constituição do saber metalinguístico e constituição da língua nacional. Pontes/Editora da UNEMAT: Campinas/Cáceres, 2001. p. 139-153.